

LEI ANTICRIME

Um olhar criminológico, político-criminal,
penitenciário e judicial

ANTONIO CLÁUDIO MARIZ
DE OLIVEIRA | prefácio
MÁRIO DE OLIVEIRA FILHO
apresentação

ANTONIO BAPTISTA
GONÇALVES
coordenação

ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO
AMANDA BESSONI BOUDOUX SALGADO
ANDRÉA CRISTINA D'ANGELO
ANDREY BORGES DE MENDONÇA
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES
CAIO PATRICIO DE ALMEIDA
EDSON NALON SILVA
ELIANA FALEIROS VENDRAMINI CARNEIRO
EURO BENTO MACIEL FILHO
FABIANI MROSINSKI PEPPI
FÁBIO ROMEU CANTON FILHO
GUSTAVO BADARÓ
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
JOSÉ RENATO NALINI
MARTIM DE ALMEIDA SAMPAIO
MAURICIO STEGEMANN DIETER
THIAGO M. MINAGÉ

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourir

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTRO ROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lei anticrime : um olhar criminológico, político-criminal, penitenciário e judicial / coordenação Antonio Baptista Gonçalves. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-234-0

1. Direito criminal 2. Direito penal 3. Direito penal - Brasil 4. Direito penitenciário I. Gonçalves, Antonio Baptista.

20-41115

CDU-343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito criminal 343 2. Direito penal 343
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - C.R.B-8/7964

LEI ANTICRIME
Um olhar criminológico, político-criminal, penitenciário e judicial

ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES
Coordenador

© desta edição [2020]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS
(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacr@thomsonreuters.com
e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com
Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*
www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [09-2020]

Profissional

Fechamento desta edição [30.07.2020]



ISBN 978-65-5614-234-0

Sumário

| | |
|---|----|
| Apresentação | 5 |
| Prefácio | 7 |
| Nota do Coordenador | 11 |
| Judiciário, COVID-19, sistema prisional brasileiro e Lei Anticrime | 19 |
| <i>Antonio Baptista Gonçalves e Fabiani Mrosinski Peppi</i> | |
| Lei Anticrime, Poder Judiciário e COVID-19 | 35 |
| Conclusão | 39 |
| Referências | 41 |
| Do Brasil colônia à Lei Anticrime: a herança da desigualdade e da repressão | 45 |
| <i>Martim de Almeida Sampaio</i> | |
| 1. Introdução | 45 |
| 2. A Invenção do Brasil | 46 |
| 3. Pós-Abolição – A Desconstrução da Identidade Negra através do Sistema de Justiça | 52 |
| 4. Pacote Anticrime | 58 |
| Conclusão | 61 |
| Referências | 61 |
| O juiz de garantias no Brasil | 63 |
| <i>José Renato Nalini</i> | |
| 1. Observações iniciais | 66 |
| 2. Onde já existe o juiz de garantias | 69 |
| 3. A volúpia da inconstitucionalidade | 71 |
| 4. O que dizem os doutrinadores | 75 |
| 5. Em síntese | 80 |
| Referências | 85 |

| | |
|--|-----|
| O eterno retorno a um destino desumano - a aposta segregacionista da Lei Anticrime | 87 |
| <i>Maurício Stegemann Dieter e Caio Patrício de Almeida</i> | |
| 1. Introdução..... | 87 |
| 2. As modificações na execução da pena privativa de liberdade introduzidas pelo “Pacote Anticrime” | 90 |
| 3. A falsa solução pelo Regime Disciplinar Diferenciado..... | 98 |
| 4. Conclusão..... | 117 |
| 5. Referências | 119 |
| 6. Referências digitais..... | 120 |
| | |
| O dever e o direito ao sigilo profissional: o problema da inviolabilidade das conversas entre advogados e clientes nos presídios federais | 123 |
| <i>Alamiro Velludo Salvador Netto e Amanda Bessoni Boudoux Salgado</i> | |
| Introdução | 123 |
| 1. Características do sistema penitenciário federal..... | 125 |
| 2. A dúlice natureza do sigilo profissional do advogado: dever e direito..... | 129 |
| 3. A dimensão processual do sigilo do advogado na jurisprudência dos Tribunais Superiores | 132 |
| 4. Síntese das excepcionais hipóteses de relativização do sigilo profissional do advogado | 135 |
| 5. A nova previsão de escutas nos presídios federais para “preservação da ordem”: vilipêndio do sigilo dos advogados?..... | 137 |
| Conclusões..... | 143 |
| Referências | 145 |
| | |
| O estado democrático de direito e a identificação genética para fins criminais no Brasil | 147 |
| <i>Eliana Faleiros Vendramini Carneiro</i> | |
| 1. A Identificação Humana para Fins Cíveis e Penais: breve histórico brasileiro..... | 149 |
| 1.1. A Lei n. 12.654/2012 e a Adoção da Identificação Criminal Genética no Brasil..... | 153 |
| 1.2. A Identificação Genética nos Locais de Crime, Consentida pelo Investigado ou Sobre o Corpo da Vítima | 154 |

| | |
|---|-----|
| 2. A Identificação Genética “Invasiva” e seu Banco de Dados | 156 |
| 2.1. O Princípio da Não Incriminação – <i>nemo tenetur se detegere</i> | 156 |
| 2.2. A Identificação Genética Sem Consentimento do Investi- gado | 163 |
| 2.3. O Que Mudou Para a Vinda das Novas Determinações da Lei nº 13.964/2019? | 169 |
| Conclusão | 172 |
| Referências | 175 |

Prisão preventiva e a oralidade como metodologia de tra- balho com a Lei 13.964/2019

179

Thiago M. Minagê

| | |
|---|-----|
| Introdução | 179 |
| 1. O descrédito normativo em uma sociedade de risco | 180 |
| 2. A prisão preventiva e sua [in]compatibilidade com o Estado De- mocrático de Direito | 182 |
| 3. Oralidade, prisão preventiva e a Lei 13.964, de 2019 | 188 |
| Considerações finais | 196 |
| Referências | 197 |

Tribunal do júri e o pacote anticrime

199

Andréa Cristina D’Angelo

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 199 |
| 2. Origem do Júri: Contexto histórico e direito alienígena | 200 |
| 3. O Júri na legislação brasileira: breve esboço histórico | 203 |
| 4. Características e críticas à instituição do Júri | 205 |
| 5. Princípios constitucionais afetos ao Tribunal do Júri | 207 |
| 5.1. Plenitude de defesa | 207 |
| 5.2. Sigilo nas votações | 208 |
| 5.3. Soberania dos veredictos | 208 |
| 5.4. Competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida | 209 |
| 6. Tribunal do Júri e alteração decorrente da Lei nº 13.964/2019: principais aspectos | 210 |

| | | |
|------|---|------------|
| 6.1. | Execução provisória e antecipada da pena para condenação com reprimenda igual ou superior a 15 (quinze) anos..... | 210 |
| 6.2. | A mitigação dos efeitos recursais..... | 213 |
| | Considerações finais..... | 217 |
| | Referências | 217 |
| | Legítima defesa, excludente de ilicitude e Lei Anticrime | 219 |
| | <i>Fábio Romeu Canton Filho</i> | |
| 1. | A exclusão de crime..... | 219 |
| 2. | A extinção da punibilidade..... | 225 |
| 3. | Não punibilidade..... | 227 |
| 4. | Isenção da pena | 229 |
| 5. | A Legítima Defesa e a Lei Anticrime | 231 |
| | Referências | 239 |
| | Colaboração premiada: as mudanças da Lei 13.964/2019 ... | 241 |
| | <i>Gustavo Badaró</i> | |
| | Introdução..... | 241 |
| 1. | A negociação do acordo de colaboração premiada | 243 |
| 1.1. | Sujeitos e momentos..... | 244 |
| 1.2. | A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo | 246 |
| 1.3. | Retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração | 249 |
| 1.4. | As penas a serem negociadas | 254 |
| 1.5. | Disposições sobre o grau de efetividade do cumprimento do acordo e dos respectivos benefícios..... | 258 |
| 2. | O valor probatório das declarações do colaborador premiado | 259 |
| 3. | A colaboração premiada como suporte para medidas cautelares privativas da liberdade..... | 261 |
| 4. | A colaboração premiada e justa causa para a ação penal | 266 |
| | Conclusões..... | 271 |
| | Referências | 272 |

| | |
|--|-----|
| Acordo de não persecução penal e o pacote anticrime (Lei 13.964/2019) | 277 |
| <i>Andrey Borges de Mendonça</i> | |
| 1. Consenso no processo penal. Microssistema..... | 278 |
| 2. Definição e natureza jurídica. Consequências..... | 281 |
| 3. Requisitos..... | 282 |
| 3.1. Justa causa..... | 282 |
| 3.2. Crime cometido sem violência ou grave ameaça..... | 283 |
| 3.3. Pena mínima inferior a quatro anos..... | 284 |
| 3.4. Confissão..... | 284 |
| 3.5. Acordo seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime..... | 290 |
| 3.6. Não ser cabível transação penal..... | 292 |
| 3.7. Circunstâncias pessoais favoráveis..... | 292 |
| 3.8. Não ter se beneficiado, nos cinco anos anteriores ao crime, com institutos de consento..... | 294 |
| 3.9. Não se tratar de crime de violência doméstica ou em razão da condição feminina..... | 294 |
| 4. Condições a serem cumpridas. Natureza jurídica..... | 294 |
| 4.1. Reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo..... | 296 |
| 4.2. Renúncia a bens..... | 299 |
| 4.3. Prestação de serviços à comunidade..... | 300 |
| 4.4. Prestação pecuniária..... | 301 |
| 4.5. Cumprir outras condições compatíveis e proporcionais..... | 301 |
| 5. Procedimento..... | 302 |
| 5.1. Tratativas e negociação do acordo..... | 303 |
| 5.2. Assinatura do acordo..... | 312 |
| 5.3. Fase do controle judicial do acordo..... | 312 |
| 5.4. Fiscalização e decisão final sobre o acordo..... | 314 |
| 6. Direito Intertemporal..... | 316 |
| Conclusão..... | 318 |
| Referências..... | 318 |

Cadeia de custódia da prova e lavagem de dinheiro 321*Euro Bento Maciel Filho*

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 321 |
| 2. Da Prova no Processo Penal – Considerações Iniciais e Princípios Aplicáveis | 323 |
| 3. Da Prova Pericial – Breve Análise | 329 |
| 4. Cadeia de Custódia da Prova no Processo Penal – Conceito e Efeitos da Sua Quebra..... | 332 |
| 5. Pacote Anticrime e a Cadeia de Custódia da Prova – Novos Artigos 158-A a 158-F do Código de Processo Penal..... | 336 |
| 6. Da Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98) – Preceitos Básicos | 339 |
| 7. Lavagem de Dinheiro e Cadeia de Custódia da Prova | 342 |
| Conclusões | 346 |
| Referências | 348 |

A apreensão de bens e o confisco de acordo com a Lei Anticrime 349*Edson Nalon Silva*

- | | |
|---|-----|
| Introdução..... | 350 |
| 1. O Direito à Propriedade e a Apreensão de Bens na Norma Penal Brasileira e as alterações trazidas pela Lei Anticrime..... | 350 |
| 2. Conceito e finalidade de apreensão e confisco de bens no direito pátrio e demais termos | 352 |
| 3. Diferença entre Pena e Efeitos da Condenação – Perda de Bens e o que a Lei Anticrime modificou no Código Penal..... | 355 |
| 4. A apreensão de bens e o confisco como Medidas Assecuratórias e as Alterações da Lei 13.964/2019..... | 362 |
| 5. O Confisco de Bens e o Fundo Nacional de Segurança Pública de acordo com a Lei Anticrime..... | 368 |
| 6. O Confisco de bens como forma de Sanção ao Infrator da Lei e o Endurecimento da Norma Penal pela Lei Anticrime | 370 |
| Conclusão..... | 372 |
| Referências | 373 |

O direito de defesa e a Lei 13.964/2019 à luz da Constituição... 375*Ives Gandra da Silva Martins*